

No processo histórico de conformação das distinções entre os campos disciplinares, a criança foi tomada como objeto por excelência de uma psicologia do desenvolvimento que pouco dialogou, na maior parte de sua produção, com ciências como a sociologia, a antropologia e a história. Daí o paradoxo de as crianças serem excessivamente analisadas, classificadas como seres biopsicológicos, mas ignoradas como atores sociais, portadores e produtores de cultura.

Atualmente, no entanto, pensar a criança e a infância a partir das ciências humanas e sociais nos indica a necessidade de assumir uma “perspectiva polifônica”. Ao leitor cabe estabelecer as conexões, convergências, bem como as diferenças e contradições nas questões tematizadas nos diferentes textos desta obra, que oferece elementos para a reflexão e para o debate. Mas cabe-nos, como pesquisadores e profissionais que atuam junto a estes sujeitos concretos, crianças, não sobrepor o nosso discurso ao discurso infantil, retomando a origem etimológica que, ao nomear a criança, define uma *infans*: a dos sem fala. Parafraseando Freud, cabe-nos, em nossas práticas, indagar a respeito deste intrigante sujeito: *Afinal, o que quer uma criança?*

www.vozes.com.br

 EDITORA
VOZES
Uma vida pelo bom livro
vendas@vozes.com.br

ISBN 978-85-326-3716-1



9 788532 637161

Estudos da Infância

Manuel Sarmento
Maria Cristina Soares de Gouvea (orgs.)



Manuel Sarmento
Maria Cristina Soares de Gouvea
(organizadores)

Estudos da Infância

Educação e Práticas Sociais

 EDITORA
VOZES

1

SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: CORRENTES E CONFLUÊNCIAS

Manuel Jacinto Sarmento
Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho

O incremento dos estudos sociológicos da infância é um fato que não pode ser desmentido. Para o contexto europeu, a publicação do conjunto de relatórios nacionais do Centro Europeu para a Investigação e a Polícia Social de Viena sobre a situação da infância, no âmbito do Projeto Infância como um fenómeno social, com uma notável introdução teórica da autoria do coordenador do projeto, o sociólogo dinamarquês Jans Qvortrup (1991) constitui um momento marcante na revelação da maturidade do projeto científico da Sociologia da Infância, tendo na sua seqüência concitado um elevado interesse académico, revelado na criação de revistas científicas especializadas, no incremento de encontros científicos internacionais de ampla repercussão, no desenvolvimento de uma literatura internacional de referência, na quantidade de projetos científicos internacionais promovidos e na consagração institucional refletida na constituição dos mais recentes comitês científicos das grandes organizações científicas internacionais, nomeadamente a International Sociology Association (ISA) e a Association International des Sociologues de Langue Française (AISLF).

Não obstante, permanece paradoxal a situação da abordagem sociológica da infância. Apesar da enorme importância das políticas demográficas, das transformações geracionais em curso, das realidades sociais de exclusão e pobreza e da enorme mediação de fenómenos associados à infância (especialmente sob o modo trágico da violência das redes pedófilas ou da violência sobre e de crianças), e considerando ainda os recentes desenvolvimentos científicos da área, a Sociologia da Infância não encontrou um alargado reconhecimento como área de referência e responsabilidade vital entre a comunidade de sociólogos e na definição do campo sociológico. Exemplo disso mesmo é o fato do mais recente manual inter-

nacional de Sociologia (CALHOUN; ROJEK; TURNER, 2005) não dedicar à infância senão umas discretas referências no capítulo dedicado à pobreza (CONLEY, 2005).

Num balanço recente sobre o impacto do projeto europeu de investigação acima referido, Qvortrup (2001) refere que a infância parece continuar a ser confinada no imaginário coletivo aos “pequenos mundos”, suscitando sobretudo estudos de natureza etnográfica e poucos estudos estruturais e concitando relações interdisciplinares essencialmente com a antropologia, a psicologia e as ciências da educação e muito poucas articulações com disciplinas como a economia, a ciência política e a geografia. Ou a Sociologia Geral, acrescentaríamos nós... E, não obstante, o sentido da Sociologia da Infância reside em última instância em compreender a sociedade, a partir do fenómeno social da infância.

O paradoxo a que nos referimos tem tudo a ver com a peculiaridade com que a infância tem sido trabalhada sociologicamente. Abordaremos adiante este ponto. Por agora, interessa-nos reforçar a idéia de uma renovação contemporânea dos estudos sociológicos da infância que, não obstante, caminha lado a lado com um efeito de invisibilização das crianças como atores sociais, efeito este que ainda permanece no domínio do que poderíamos designar khuntianamente como a “ciência normal”.

GÊNESE E AFILIAÇÕES DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Apesar das crianças não terem sido nunca um tema ausente do pensamento sociológico, desde os primeiros tempos da disciplina, o estatuto de objeto sociológico e a consideração da infância como categoria social apenas se desenvolveu no último quartel do século XX, com um significativo incremento a partir do início da década de 90. No entanto, desde os anos 30 que a expressão “sociologia da infância” se encontra formulada (QVORTRUP, 1995: 8). Ainda antes, a consideração da infância como geração sobre a qual os adultos realizam uma ação de transmissão cultural e de “socialização” constituiu-se como objeto de uma das mais importantes obras do início do pensamento sociológico: o da teoria da socialização de Emile Durkheim (1972 [1938]). Porém, a análise da infância “em si mesma”, isto é, como categoria sociológica do tipo geracional é muito mais recente. Daí a designação corrente de “nova Sociologia da Infância” para designar este renovado campo de estudos sociológicos.

Dissociando-se progressivamente de outras variantes disciplinares da Sociologia (como a Sociologia da Educação e a Sociologia da Família), ainda que em diálogo contínuo com elas, a Sociologia da Infância tem vindo, sobretudo no decurso das duas últimas décadas, a ganhar maior expressão, através da criação dos seus próprios conceitos, da formulação de teorias e abordagens distintas e de constituição de problemáticas autônomas. Considerando, simultaneamente, as dimensões estruturais e interativas da infância, a Sociologia da Infância desenvolve-se contemporaneamente, em boa parte, por necessidade de compreensão do que é um dos mais importantes paradoxos atuais: nunca como hoje as crianças fo-

ram objeto de tantos cuidados e atenções e nunca como hoje a infância se apresentou como a geração onde se acumulam exponencialmente os indicadores de exclusão e de sofrimento. Ao incorporar na sua agenda teórica a interpretação das condições atuais de vida das crianças, a Sociologia da Infância insere-se decisivamente na construção da reflexividade contemporânea sobre a realidade social. É por isso que, na verdade, ao estudar a infância, não é apenas com as crianças que a disciplina se ocupa: é, com efeito, a *totalidade da realidade social* o que ocupa a Sociologia da Infância. Que as crianças constituem uma porta de entrada fundamental para a compreensão dessa realidade é o que é, porventura, novo e inesperado no desenvolvimento recente da disciplina.

Podemo-nos interrogar acerca da longa ausência da infância do estudo sociológico e do recente desenvolvimento da disciplina. Há para estas interrogações respostas do campo social e do campo epistemológico.

As razões sociais residem na subalternidade da infância relativamente ao mundo dos adultos; com efeito, as crianças, durante séculos, foram representadas prioritariamente como “homúnculos”, seres humanos miniaturizados que só valia a pena estudar e cuidar pela sua incompletude e imperfeição. Estes seres sociais “em trânsito” para a vida adulta foram, deste modo, analisados prioritariamente como objeto do cuidado dos adultos. A precocidade do estudo das crianças pela medicina, pela psicologia e pela pedagogia encontra aqui as suas razões de ser: as crianças eram consideradas, antes de mais, como o destinatário do trabalho dos adultos e o seu estudo só era considerado enquanto alvo do tratamento, da orientação ou da ação pedagógica dos mais velhos (cf. ROCHA & FERREIRA, 1994; ROLLET & MOREL, 2000). Esta imagem dominante da infância remete as crianças para um estatuto pré-social: as crianças são “invisíveis” porque não são consideradas como seres sociais de pleno direito. Não existem porque não estão lá: no discurso social.

Acresce a isto o fato de a Modernidade ter confinado as crianças ao espaço privado, ao cuidado da família e ao apoio de instituições sociais – creches, reformatórios, asilos de menores, orfanatos – cujo impulso eugenista inicial se caracteriza exatamente por retirar da esfera pública os cidadãos mais jovens, especialmente se apresentam indicadores potenciais de desviância ou se a indigência econômica os remete para cuidados assistenciais. A privatização da infância não apenas opera um efeito de ocultamento e invisibilização da condição social da infância – como acontece por exemplo, de forma idêntica, com o trabalho doméstico da mulher, não tematizado como atividade social e não referenciado tradicionalmente como atividade econômica – como concita um tipo específico de olhar científico, durante muito tempo sociologicamente considerado de modo não problemático: a das ciências do indivíduo, da pessoa, da esfera privada e da intimidade, especialmente a Psicologia e algumas das suas derivações, nomeadamente a Psicopedagogia, a Puericultura, a Pedopsiquiatria, etc.

O trabalho de construção científica do objeto social infância torna indispensável, por isso mesmo, desconstruir a produção pericial da infância pelas ciências do indivíduo, tarefa esta que não é feita sem escolhos teóricos e epistemológicos,

mas que se torna tanto mais necessária quanto a promoção da infância a objeto sociológico e o entendimento das crianças como atores sociais é um trabalho reconfigurador do conhecimento com que as crianças têm sido tematizadas. Nesse trabalho, em curso, são tão importantes e significativos os esforços teóricos de alguns sociólogos que tomam o discurso (pseudo)psicológico ou psicológico como objeto (e.g. CORSARO, 1997; GAVARINI & PETITOT, 1998; NEYRAND, 2000; PLAISANCE, 2005), como o trabalho desconstrucionista de psicólogos que tomam por referência crítica a sua própria disciplina (e.g. BURMAN, 1994; WOODHEAD et al., 1998; SOUZA, 2000; ROGOFF, 2003; VASCONCELLOS, 2006).

Mas a Sociologia nem por isso deixou de considerar a inserção social das crianças. O conceito de *socialização*, nas suas diferentes versões e revisões, a partir de Durkheim (1972 [1938]) e Parsons e Bales (1955), passando pela teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron (1970) e pela abordagem construtivista de Berger e Luckman (1973), constitui o domínio exato da hipostasia da infância como condição social susceptível de ser estudada em si própria.

As crianças não sendo consideradas como seres sociais plenos, são percebidas como estando em vias de o ser, por efeito da ação adulta sobre as novas gerações. O conceito de socialização constitui, mais do que um construto interpretativo da condição social da infância, o próprio fator da sua ocultação: se as crianças são o “ainda não”, o “em vias de ser”, não adquirem um estatuto ontológico social pleno – no sentido em que não são “verdadeiros” entes sociais completamente reconhecíveis em todas as suas características, interativos, racionais, dotados de vontade e com capacidade de opção entre valores distintos – nem se constituem, como um objeto epistemologicamente válido, na medida em que são sempre a expressão de uma relação de transição, incompletude e dependência.

Em conformidade, a Sociologia não se ocupou da criança como um ser social, mas promoveu o “aluno” a objeto científico, na exata medida em que é por este estatuto que se realiza (ou não) o processo de socialização. Não contraditoriamente – dado que é a análise da socialização não-sucedida o que se encontra em causa – a criança é constituída também como objeto sociológico na condição de anomia ou de (auto-)exclusão, nomeadamente em situação de prática de delinquência ou na rua, como aconteceu nomeadamente nos (notáveis) trabalhos da escola de Chicago (e.g. BECKER, 1973) ou em estudos etnometodológicos clássicos (e.g., WILLIS, 1991). Mas é, de fato, na condição de aluno ou na posição de desviância ou de anomia que a criança é estudada tradicionalmente pela Sociologia – raras vezes a partir da consideração da sua condição social e geracional. É por isso que J. Qvortup (1995) afirma que as crianças, mais do que ignoradas, têm sido marginalizadas e “menorizadas” pelo discurso sociológico.

A emergência contemporânea de um novo surto do discurso sociológico centrado na infância toma por referência uma revisão crítica do conceito de “socialização” (e.g. WAKSLER, 1991; SIROTA, 1994; CORSARO, 1997; PLAISANCE, 2004; MOLLO-BOUVIER, 2005), sendo as crianças analisadas como atores no processo de socialização e não como destinatários passivos da socialização

adulta, colocando-se sob escrutínio as relações complexas de interação na comunicação de saberes e valores sociais (no qual as crianças ocupam por vezes o papel de transmissores e os adultos o lugar de receptores) (cf. MEAD, 1970) e considerando a complexidade das variáveis sociais em presença (onde as relações de classe, gênero, etnia se associam a características interindividuais que tornam o processo de transmissão e recepção dos saberes, normas e valores sociais muito mais complexo do que aquilo que a concepção tradicional de socialização propõe).

Acresce à revisão científica do conceito de socialização o fato da sociologia se ter vindo a ocupar progressivamente das dimensões sociais do espaço privado e individual. A reorientação do campo sociológico para o ator social e a construção de uma “sociologia dos indivíduos sociais”, com ênfase na análise da construção dos laços sociais e focalização das dimensões subjetivas da existência em sociedade, dos trajetos singulares da existência humana e na produção das identidades individuais, remete o olhar sociológico para a procura dos processos de subjetivação e chama ao esforço analítico dimensões até agora consideradas como monopólio do campo psicológico. A reentrada do privado e do subjetivo no domínio do que é socialmente focalizável não deixa de trazer importantes consequências para a redefinição da pertinência analítica da Sociologia da Infância. Esta reorientação da Sociologia não apenas decorre do trabalho teórico de crítica à sociologia holística (LAHIRE, 2004), como é imposta pelo processo social de individualização em que a fase atual da Modernidade reconfigura o processo de socialização (BECK, 1992). A Sociologia da Infância encontra nesta complexificação do trabalho sociológico muita da sua pertinência, tanto quanto muitos dos seus principais desafios analíticos e conceptuais (cf. SUNKER, 2001; PROUT, 2005).

Não é certamente por acaso que um dos sociólogos que mais tem sido sensível a esta apropriação do “indivíduo social” pela Sociologia, Bernard Lahire, enuncie um programa para uma nova Sociologia da Infância, em duas grandes linhas de desenvolvimento:

- o estudo das socializações (familiares, escolares, nos grupos de pares, ou nas instituições culturais, desportivas, políticas, religiosas) e os processos de interiorização das relações de autoridade, das disposições sociopolíticas, das disposições cultural-cognitivas, dos quadros de valores culturais e morais;
- o estudo dos fenômenos de transferibilidade das disposições mentais e comportamentais entre universos distintos de inserção infantil e adolescente e de tensão de disposições contraditórias entre quadros socializadores parcial ou completamente incompatíveis (2005: 306-307).

Este programa inscreve-se num esforço teórico e analítico que precede mais de uma década do seu propósito enunciado por Lahire. Nesse sentido, poderá considerar-se com algum senso de justiça que o sociólogo francês se propõe franquear uma porta que está já (pelo menos) entreaberta. Mas que esse propósito tenha sido enunciado não deixa de ser sinal de uma mudança teórica e conceptual que, ainda que a custo, desperta a Sociologia para a infância.

Porém, para além dos desafios teóricos suscitados no interior do campo sociológico, é a infância como problema social que mais fortemente tem pressionado o

trabalho científico da Sociologia da Infância. Para ele contribui decisivamente o aumento da importância das crianças na sociedade contemporânea. Essa importância verifica-se, antes do mais (isto no sentido do reconhecimento e não no plano da prioridade dos valores), porque em torno delas se constituiu um mercado global de produtos para a infância de importância econômica estratégica; depois, porque as crianças mobilizam contemporaneamente um número crescente de adultos que trabalham com crianças (por exemplo, os professores constituem cerca de um terço da totalidade dos funcionários públicos portugueses e são, de longe, o maior contingente profissional empregado pelo Estado); finalmente, *the last not the least*, porque as crianças são percentualmente cada vez menos na sociedade contemporânea e a significativa redução do número de crianças na sociedade, por comparação com outros grupos etários, torna particularmente sensível a sua presença/ausência, nos equilíbrios demográficos, nas relações de afeto e até, a prazo, na própria formação do rendimento das famílias e na estabilidade do Estado-Providência (QVORTRUP, 1991). Que as crianças se tornem cada vez mais importantes à medida que são cada vez menos, esse é apenas um dos muitos paradoxos da infância (QVORTRUP, 1995).

O OBJETO DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: INFÂNCIA COMO CATEGORIA SOCIAL E CRIANÇAS COMO ATORES SOCIAIS

A Sociologia da Infância propõe o estabelecimento de uma distinção analítica no seu duplo objeto de estudo: *as crianças como atores sociais*, nos seus mundos de vida, e a *infância*, como categoria social do tipo geracional, socialmente construída. A infância é relativamente independente dos sujeitos empíricos que a integram, dado que ocupa uma posição estrutural. Essa posição é condicionada, antes de mais, pela relação com as outras categorias geracionais. Deste modo, por exemplo, a infância depende da categoria geracional constituída pelos adultos para a provisão de bens indispensáveis à sobrevivência dos seus membros, e essa dependência tem efeitos na relação assimétrica relativamente ao poder, ao rendimento e ao *status* social que têm os adultos e as crianças, sendo esta relação transversal (ainda que não independente) das distintas classes sociais. Por outro lado, o poder de controle dos adultos sobre as crianças está reconhecido e legitimado, não sendo verdadeiro o inverso, o que coloca a infância – independentemente do contexto social ou da conjuntura histórica – numa posição subalterna face à geração adulta.

A existência de um grupo que é socialmente subalterno devido a sua condição etária é, por consequência, essencial à definição da infância. Existe infância na medida em que historicamente a categoria etária foi constituída como diferença e que essa diferença é geradora de desigualdade. O reconhecimento do estatuto diferencial e desigual das pessoas de idade mais nova não foi sempre assente, sendo a infância considerada como um fruto da Modernidade, especialmente depois dos estudos de P. Ariès (1973), que estabeleceu a gênese do “sentimento de infância”

no processo simbólico de constituição do sujeito moderno¹. As variações históricas da noção de infância estão também associadas às balizas etárias que definem a categoria geracional e que são variáveis no espaço-tempo. A Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, de 1989, estabelece o limite da infância nos 18 anos e adotamos este marco referencial como o arbítrio mais consensual para a definição dos limites da infância, sem prejuízo da consideração da existência de vários subgrupos etários, como categorias sociais (e não apenas psicológicas) no interior da infância².

A afirmação anterior não significa que a infância não seja atravessada por contradições e desigualdades, seja no plano diacrônico, seja no plano sincrônico.

No plano diacrônico, essas diferenças e contradições ocorrem a propósito das várias e sucessivas imagens sociais construídas sobre a infância e aos vários papéis sociais atribuídos: por exemplo, o trabalho manual foi durante séculos considerado um papel social desempenhável por crianças – e, em certos períodos históricos, foi mesmo um papel central em certos ofícios, mesmo os mais pesados, como o trabalho das minas, aproveitando a diminuta estatura das crianças para penetrar nas galerias mais estreitas (cf. CHASSAGNE, 1998) – e é hoje geralmente condenado (cf. SARMENTO, 2000).

No plano sincrônico, essas diferenças e contradições operam por efeito da pertença a diferentes classes sociais, ao gênero, à etnia, ao contexto social de vida (urbano ou rural), ao universo lingüístico ou religioso de pertença, etc.

Em suma, a condição social da infância é simultaneamente homogênea, enquanto categoria social, por relação com as outras categorias geracionais, e heterogênea, por ser cruzada pelas outras categorias sociais. A análise da homogeneidade mobiliza um olhar macrosociológico, atento às relações estruturais que compõem o sistema social e a análise da heterogeneidade convida à investigação interpretativa das singularidades e das diferenças com que se atualizam e “estruturam” (GIDDENS, 1984) as formas sociais.

A complexidade induzida pelas articulações dos fatores de homogeneidade e de heterogeneidade da infância definem o que é específico da investigação sociológica. Dela resulta a consideração das crianças no quadro de relações sociais mais vastas, que induz características próprias para o estudo sociológico. O seu ponto de partida pode muito bem assentar naquilo que Prout e James consideram como os “aspectos-chave do paradigma” de investigação sociológica da infância:

1) A infância é entendida como uma construção social. Como tal, isso indica um quadro interpretativo para a contextualização dos primeiros anos da vida humana. A infância, sendo distinta da imaturidade biológica, não é

1. A obra de Ariès permanece envolta em grande controvérsia. Parece, em todo o caso, estabelecer-se algum consenso em torno da idéia de que se a modernidade não “descobriu a infância”, pelo menos construiu a infância moderna, razão suficiente para retermos da lição de Ariès a noção de construção histórica desta categoria social de tipo geracional.

2. Sobre a questão da controvérsia dos limites etários da infância, cf. Sarmento e Pinto, 1997.

uma forma natural nem universal dos grupos humanos, mas aparece como uma componente estrutural e cultural específica de muitas sociedades.

2) A infância é uma variável da análise social. Ela não pode nunca ser inteiramente divorciada de outras variáveis como a classe social, o gênero ou a pertença étnica. A análise comparativa e multicultural revela uma variedade de infâncias, mais do que um fenômeno singular e universal.

3) As relações sociais estabelecidas pelas crianças e as suas culturas devem ser estudadas por seu próprio direito (*in their own right*) independentemente da perspectiva e dos conceitos dos adultos.

4) As crianças são e devem ser vistas como atores na construção e determinação das suas próprias vidas sociais, das vidas dos que as rodeiam e das sociedades em que vivem. As crianças não são os sujeitos passivos de estruturas e processos sociais.

5) Os métodos etnográficos são particularmente úteis para o estudo da infância. Eles transportam uma voz e participação mais diretas na produção dos dados sociológicos do que é usualmente possível através de métodos experimentais de pesquisa ou do que inquéritos.

6) A infância é um fenômeno que revela agudamente a dupla hermenêutica das ciências sociais (GIDDENS). Quer isto dizer que proclamar um novo paradigma da sociologia da infância é também envolver-se no processo de reconstrução da infância na Sociedade (PROUT & JAMES, 1990: 8-9).

Estes pontos, definidos há década e meia por Prout e James, amplamente referidos e citados no interior do campo, constituem um verdadeiro programa de trabalho para a disciplina e assumem um estatuto quase definitivo. No entanto, a sua revisão, reformulação e ampliação estão hoje na ordem do dia. Por esse motivo, convém sinalizar outros eixos programáticos, nomeadamente as teses de Qvortrup, sem prejuízo de voltarmos àquilo que nos parece constituir os pontos nodais ou de confluência do trabalho teórico da Sociologia da Infância, o que faremos mais adiante. Por agora, referiremos as nove teses que Jans Qvortrup formulou como síntese da interpretação da Sociologia da Infância sobre a infância como fenômeno social:

Tese 1: A infância é uma forma particular e distinta de uma estrutura social da sociedade [...].

Tese 2: A infância é, sociologicamente falando, não uma fase transitiva, mas uma categoria social permanente [...].

Tese 3: A idéia da [essência] da criança enquanto tal é problemática, dado que a infância é uma categoria histórica e intercultural [...].

Tese 4: A infância é uma parte integrante da sociedade e da sua divisão de trabalho [...].

Tese 5: As crianças são elas próprias co-construtoras da infância e da sociedade [...].

Tese 6: A infância está em princípio exposta às mesmas forças macrosociais que a adultez (e.g. forças econômicas e institucionais), ainda que de uma forma particular [...].

Tese 7: A dependência estipulada das crianças tem consequências para a invisibilidade das crianças nas descrições históricas e sociais, bem como na sua consideração como beneficiárias do Estado-Providência [...].

Tese 8: A ideologia familialista, não a parentalidade, constitui um obstáculo contra os interesses e o bem-estar das crianças [...].

Tese 9: A infância é uma clássica categoria minoritária, dado que é sujeita a tendências marginalizadoras e paternalistas (QVORTRUP, 2001: 223-232).

As teses apresentadas – formuladas pelo autor inicialmente em 1992, mas por ele consideradas como possuindo plena atualidade uma década depois – correspondem a um ponto de vista específico que as incorpora na corrente estrutural da Sociologia da Infância, como adiante veremos. A ênfase está colocada na dimensão estrutural, historicamente construída, da infância e da relação da categoria infância face à estrutura econômica e social, à organização política e institucional da sociedade e aos efeitos estruturais das ideologias (nomeadamente o essencialismo a-histórico, característico segundo o autor do pensamento psicológico, quer o familialismo que opera por ocultação do lugar da criança e por legitimação da sua dependência no interior da família). Verifica-se, por consequência, um contraste face ao construtivismo sociológico das proposições de Prout e James, filiados num paradigma da sociologia da ação, que assinalam e priorizam a dimensão da ação das crianças na construção dos seus mundos de vida (patente em apenas uma, a quinta, das teses de Qvortrup).

Mas o essencial do programa da nova Sociologia da Infância está presente nos dois textos de enunciação programática que transcrevemos: o caráter não-natural, mas histórico e social, da categoria infância; a diferenciação categorial da infância face à adultez, por um lado, e a outras categorias estruturais da sociedade (classe, gênero, etnia, etc.) por outro; uma certa ontologia social que demarca as concepções sociológicas das concepções biologizantes, desenvolvimentistas, individualistas e abstratizantes da noção de criança patente noutras áreas das ciências humanas e sociais (especialmente a Psicologia de tradição piagetiana); a consequência teórica, epistemológica e política de um trabalho de conceitualização da infância que toma as crianças e a infância a partir de seu próprio universo de referência. Esta base comum, porém, não oculta sentidos diferenciados no trabalho e nas escolas de pensamento dos autores.

SOCIOLOGIA(S) DA INFÂNCIA – DECLINAÇÃO NO PLURAL

As Ciências Sociais não são um campo liso de geração de consenso. A controvérsia é-lhe co-inerente e esse é um dos seus traços definitórios. Por esse fato, é indispensável considerar as diferenças internas ao próprio campo da Sociologia da Infância. Essas diferenças tanto podem ser de ênfase, foco privilegiado, método ou problemáticas selecionadas, como da escola de pensamento sociológico em que se filiam, ou seja, são diferenças que variam de tipo, intensidade e consequência. Abordaremos essas diferenças a partir de três fatores de diferenciação: a tradição cultural e lingüística do trabalho sociológico, a perspectiva paradigmática em que se situam os estudos sociológicos e o tipo de abordagem.

Tradições lingüístico-culturais

A Sociologia da Infância de expressão anglo-saxônica³ tem origens multifacetadas e plurais, ainda que se confesse igualmente devedora dos contributos historiográficos de Ariès (1973), entre outros. Ela é hoje um espaço de trabalho onde se cruzam sociólogos e outros cientistas sociais de diferente proveniência disciplinar. A Economia (e.g. QVORTRUP, 1991), a Demografia (e.g. SAPORITI, 1994; SGRITTA, 1997), a Sociologia da Saúde (e.g. JAMES & PROUT, 1990), a Sociologia da Família (e.g. ALANEN, 1990; AMBERT, 1986), a Sociologia da Educação (e.g. POLLARD, 1985; CORSARO, 1997); e a Sociologia Geral (e.g. JENKS, 1992); os estudos feministas (e.g. OAKLEY, 1980) são algumas das áreas disciplinares de maior contributo para a geração recente da Sociologia da Infância anglo-saxônica. Especialmente importante neste contexto lingüístico foi o já referido trabalho coordenado por J. Qvortrup no Centro Europeu, em Viena, que deu origem à publicação de 16 relatórios nacionais sobre a situação da infância em vários países do mundo (entre os quais não se encontra Portugal) e ao texto de apresentação do projeto, da autoria do próprio Qvortrup (1991), que constitui uma obra referencial do novo impulso teórico da disciplina. De importância quase equivalente, podem referir-se os sucessivos trabalhos de síntese teórica e metodológica que têm vindo a ser publicados por diversos autores de referência (ADLER & ADLER, 1990; JAMES & PROUT, 1990; QVORTRUP, 1994; JAMES, JENKS; PROUT, 1998; CORSARO, 1997; BOIS-RAIMOND & SUNKER, 2001; BOOCOK & SCOTT, 2006). O campo da Sociologia da Infância anglo-saxônica abrange praticamente todas as áreas de inscrição das crianças nos respectivos mundos sociais, da família (e.g. BRANNEN & O'BRIEN, 1996) às culturas de pares (CORSARO & EDER, 1997; CORSARO, 2003); das políticas públicas (e.g. JAMES & JAMES, 2004) à sociologia dos direitos (e.g. ARCHARD, 1993, 2003; ALDERSON, 2000; MAYALL, 2002); das identidades sociais (e.g. JAMES, 1993) à colonização pela indústria cultural (e.g. STEINBERG & KINCHOLLOE, 1997); do espaço urbano (e.g. CHRISTENSEN & O'BRIEN, 2003) às relações de género (e.g. OAKLEY, 1990); dos contextos de lazer e tempos livres (e.g. SUTTON-SMITH, 1986) ao trabalho infantil (e.g. MITZEN; POLÉ; BOLTON, 2001); dos media (e.g. BUCHINGHAM, 2000) ao corpo (PROUT, 2000). Não deixa de ser paradoxal, apesar de tudo, a reduzida dimensão e importância que a Sociologia da Infância de expressão anglo-saxônica possui no que diz respeito à análise da instituição escolar e das práticas sociais das crianças na escola.

A Sociologia da Infância francófona é muito devedora, num primeiro momento, da historiografia contemporânea, e muito em especial da obra sobre a história da infância de P. Ariès (1973). Mais recentemente, a Sociologia da Infância francófona desenvolveu-se, em diálogo com aquelas obras historiográficas, a partir de trabalhos do âmbito da sociologia da família (cf. SINGLY, 2004), e, muito especialmente, do recentramento do trabalho de vários sociólogos da educação que, focados inicialmente na ação dos alunos, numa perspectiva interpretativa, vieram a desvelar pro-

gressivamente a criança como ator social antes da condição de aluno, contribuindo para a análise sociológica da infância no seu próprio terreno (cf. SIROTA, 1997). A Sociologia da Infância de expressão francesa nunca deixou, por consequência, de debater intensamente a condição social das crianças enquanto alunos, as práticas sociais nas escolas ou nas interações de pares no contexto escolar e as políticas públicas da educação escolar (e.g. SIROTA, 1993; MONTANDON, 1997; BROUGÈRE & RAYNA, 1998; RAYOUX, 1999). O grupo de sociólogos da infância, constituído inicialmente no comitê de pesquisa de Sociologia das Socializações da AISLF, tem uma dinâmica associativa intensa, publicando a sua primeira obra coletiva já em 2006 (SIROTA, 2006). Um balanço sobre o estado-de-arte da Sociologia da Infância em língua francesa foi publicado na década anterior, no âmbito dos dois números temáticos de *Éducation et Sociétés* (1998 e 1999), revistas estas que constituem uma referência inaugural da nova Sociologia da Infância francófona. Comparativamente com a produção anglo-saxônica, a Sociologia da Infância francófona caracteriza-se por um diálogo mais intenso com a Sociologia Geral francesa (especialmente Alain Touraine, mas também P. Bourdieu), por uma abertura disciplinar à Psicanálise (e.g. GAVARINI & PETITO, 1998; NEYRAND, 2000), à Psicologia Infantil e à Filosofia Política, nomeadamente a Alain Renaut (2002). Encontramos em algumas destas obras um diálogo interdisciplinar muito fecundo e uma centração no domínio das práticas sociais das crianças, dos rituais e festas (MOLLO-BOUVIER, 1997; SIROTA, 1999) ao jogo e à brincadeira (DELALANDE, 2001; BROUGÈRE, 2004); e das práticas sociais nas escolas (RAYOUX, 1993), às relações sociais e de amizade (MONTANDON, 1996).

Em Portugal, o desenvolvimento da disciplina é ainda mais recente, à semelhança do que acontece, aliás, com todas as ciências sociais. Há, no entanto, uma especificidade: o desenvolvimento precoce (nas condições relativas em que de tal se pode falar no nosso país) da Sociologia da Juventude, com um importante fluxo teórico e com uma considerável produção empírica (e.g. PAIS, 1993, 2001, 2003) não apenas não teve como contrapartida a expansão da investigação sociológica para a geração mais nova, como teve como efeito a atração de uma parte dos sociólogos da educação, que selecionaram prioritariamente como objeto de estudo os estudantes enquanto jovens. A emergência do campo internacional da Sociologia da Infância no nosso país é, por isso, tardia, podendo considerar-se o Congresso Internacional sobre os Mundos Culturais e Sociais da Infância, promovido pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho (IEC) e realizado em Braga entre 19 e 22 de Janeiro de 2000, como o primeiro encontro de investigadores portugueses com muitos dos principais sociólogos da infância de referência mundial (cf. VV.AA., 2000)⁴.

Não obstante, a Sociologia da Infância tem sofrido um notório desenvolvimento em Portugal nos últimos cinco anos, quer por efeito do “deslizamento” da investigação em áreas mais consolidadas como a Sociologia da Família, a Sociolo-

3. Incluímos neste contexto lingüístico investigadores que usualmente publicam em inglês, apesar da sua proveniência ser muito diversa, de escandinavos a alemães, de italianos a ingleses e americanos, etc.

4. Apesar da natureza interdisciplinar do Congresso, a Sociologia da Infância teve, como se deduz do seu tema, um papel central, tendo sido possível promover o contato científico entre sociólogos portugueses e vários sociólogos da infância, nomeadamente Jens Qvortrup, David Buckingham, Cleopâtre Montandon, Regine Sirotta, Catherine Rollet, além de muitos outros investigadores.

gia da Educação ou a Sociologia da Comunicação, quer a partir do trabalho original de jovens sociólogos. Referimo-nos a trabalhos como os de Ana Nunes de Almeida e outros sobre maus-tratos infantis (ALMEIDA et al., 1999a, 1999b), os relatórios de K. Wall sobre política de família (WALL, 1996), ou os trabalhos originários na Equipe Interdisciplinar do IEC, designadamente sobre a infância e a televisão (PINTO, 2000), o trabalho infantil (SARMENTO; BANDEIRA; DORES, 2000; SARMENTO; SILVA; COSTA, 2003), ou as políticas públicas da educação de infância (Vilarinho, 2000), a que acrescem textos de enquadramento das problemáticas da disciplina (especialmente: PINTO, 1997; SARMENTO & PINTO, 1997; SARMENTO & CERISARA, 2004; TOMÁS & SOARES, 2004). Referimo-nos ainda aos trabalhos de levantamento documental e os estudos etnográficos das investigadoras da Universidade do Porto, Cristina Rocha e Manuela Ferreira (1994) e Ferreira (2000, 2004). Outros trabalhos sinalizam a construção das identidades sociais (MADEIRA, 2005; SARAMAGO, 1994, 2005), as crianças de rua (SEBASTIÃO, 1995), as representações e práticas familiares (SEABRA, 1999, 2000), passando pela abordagem das representações infantis sobre direitos da criança (SOARES, 2001, 2005), a análise do internamento das crianças em instituições judiciais, no âmbito de um diálogo interdisciplinar com a Sociologia da Justiça, (TOMÁS, 2000; PEDROSO & FONSECA, 2000), a investigação sobre trabalho infantil em contexto rural, Pinto (1998) ou as interações das crianças na internet (BARRA, 2004).

Uma importante dimensão do campo da Sociologia da Infância em Portugal é a sua articulação com as políticas públicas, nomeadamente nos campos da educação e das políticas sociais⁵. Uma outra dimensão é a do diálogo intenso com os estudos da infância do Brasil, testemunhado em publicações conjuntas (e.g. SARMENTO & CERISARA, 2004).

O enquadramento lingüístico, no entanto, é apenas um dos fatores da declinação no plural da Sociologia da Infância. Um fator teórico e epistemológico é a afiliação paradigmática.

Paradigmas

Seguiremos, para a arrumação dos paradigmas e perspectivas sociológicas sobre a infância, a proposta de classificação feita por William Corsaro.

Este sociólogo americano considera que é em torno do conceito de “reprodução” que ocorrem as principais fraturas no campo da Sociologia da Infância. Simplesmente, alarga o conceito de reprodução, da sua matriz originária de conservação e continuidade da estrutura social (nesta acepção, as crianças seriam envolvidas em instituições de reprodução social), para a reprodução *pelos* crianças dos mundos sociais dos adultos. Neste (duplo) sentido, reprodução teria um âmbito es-

trutural e um âmbito geracional, coincidindo ambos no círculo concêntrico, ou na “teia” (CORSARO, 1997: 25) em que se plasma o mundo social.

Em alternativa à reprodução passiva, Corsaro contrapõe a tese da “reprodução interpretativa”, conceito que pode ser associado ao de “estruturação” de A. Giddens (1984), e que exprime a idéia de que as crianças, na sua interação com os adultos, recebem continuamente estímulos para a integração social, sob a forma de crenças, valores, conhecimentos, disposições e pautas de conduta, que, ao invés de serem passivamente incorporados em saberes, comportamentos e atitudes, são transformados, gerando juízos, interpretações e condutas infantis que contribuem para configuração e transformação das formas sociais. Deste modo, não são apenas os adultos que intervêm junto das crianças, mas as crianças também intervêm junto dos adultos. As crianças não recebem apenas uma cultura constituída que lhes atribui um lugar e papéis sociais, mas operam transformações nessa cultura, seja sob a forma como a interpretam e integram, seja nos efeitos que nela produzem, a partir das suas próprias práticas (a arte contemporânea, por exemplo, ilustra bem os efeitos das expressões infantis integradas no imaginário coletivo).

A distinção operada por Corsaro leva-o a organizar as correntes sociológicas em dois grandes grupos: as teorias tradicionais da socialização e as teorias da “reprodução interpretativa”. Estas teorias subdividem-se em várias correntes.

As teorias tradicionais da socialização assentam no conceito de “socialização” durkheimiana, a que associam no seu desenvolvimento outros conceitos, especialmente o de *habitus*, formulado por Bourdieu (1972). A distinção fundamental no interior das teorias da socialização passa pela ênfase na determinação social das instâncias de socialização, ou, em alternativa, na defesa da possibilidade da condução do processo de socialização na ação social. No primeiro caso encontra-se o modelo determinístico de socialização e no segundo caso o modelo construtivista.

O modelo determinístico exprime-se na corrente funcionalista, nos seus variados desenvolvimentos e matizes e, assumindo uma faceta crítica, na teoria da reprodução, com a já referida relevância atribuída à inculcação do *habitus* como processo de reprodução social. Podemos ainda incluir nesta corrente o contributo, a vários títulos decisivo para uma Sociologia da Infância, de M. Foucault relativamente às instâncias de inculcação de uma “disciplina” e à institucionalização da infância no âmbito da expansão dos processos simbólicos de controle social e de exercício do poder (FOUCAULT, 1993 [1975]).

O modelo construtivista exprime-se na psicologia social de Piaget, com os desenvolvimentos ulteriores, nomeadamente na psicologia de Kholberg, e assenta na idéia central da existência de etapas de desenvolvimento cognitivo e sociomoral que podem ser conduzidas e estimuladas pela ação dos adultos, sendo que essa condução induz à aquisição de competências sociais. Mais atenta aos contextos sociais e às suas fraturas e fontes de estratificação, Vygotsky (1979) enfatiza o papel das crianças na aquisição da sua cultura social de pertença, através da internalização dos valores sociais e do desenvolvimento das capacidades lingüísticas, com incorporação dos elementos simbólicos plasmados na linguagem. O modelo construtivista,

5. Essa vinculação é patente em trabalhos de avaliação ou em estudos de fundamentação de políticas, sobretudo nas áreas dos maus-tratos às crianças, do trabalho infantil, ou das políticas educativas.

apesar de considerar o papel das crianças na reprodução social não analisa adequadamente as crianças enquanto co-construtoras das realidades sociais.

Em contrapartida, as teorias que W. Corsaro (1997) inclui no quadro da “reprodução interpretativa” têm como pedra de toque a tese de que as crianças participam coletivamente na sociedade e são dela sujeitos ativos e não meramente passivos. É nessas teorias que conflui a nova Sociologia da Infância. Entre estas teorias podemos, igualmente, encontrar duas correntes: a estrutural e a construtivista. Caracterizaremos uma e outra na rubrica seguinte.

Correntes

Os paradigmas são uma forma de “arrumação” teórica pouco fiel a uma realidade teórica que se caracteriza predominantemente pela sua natureza transparadigmática. Preferimos, por isso, classificar as diferentes orientações como “correntes” ou “abordagens”, atribuindo a estes termos ambivalentes o sentido de afinidades conceptuais, temáticas e metodológicas. As correntes e abordagens correspondem, mais do que a opções epistemológicas distintas, intenções analíticas que se caracterizam por determinadas preferências por problemáticas próprias e por orientações metodológicas predominantes (as quais são também suscitadas pela natureza das temáticas escolhidas). Nesse sentido, no interior de cada “corrente” encontrar-se-á não propriamente a coerência teórica ou a unidade paradigmática (ainda que cada paradigma suscite porventura opções temáticas e metodológicas preferenciais), mas um campo empírico distinto, “estilos” de investigação e temáticas diferenciadas.

Uma tipologia possível de análise de tipos de abordagem que segue esta orientação é proposta pelos sociólogos alemães Hengst e Zeiher (2004). Para os autores, o campo da Sociologia da Infância poderá ser configurado por: 1) estudos microsociológicos e etnográficos – caracterizados pela assunção nuclear do agir autónomo e competente da criança e assente em trabalhos etnográficos e observacionais; 2) estudos de sociologia desconstrucionista – caracterizados pelo trabalho analítico sobre as imagens e normas sociais da infância e integrado por correntes como o construcionismo social, a análise discursiva e o desconstrucionismo; 3) estudos sociológicos da infância como estrutura social, centrados nos aspectos políticos, económicos, demográficos e geográficos da infância.

Ainda que se possam configurar distintamente, os estudos desconstrucionistas estão frequentemente imbricados com os estudos estruturais e microsociológicos, sendo a desconstrução da norma social da infância operada na análise do material empírico etnograficamente elaborado ou na análise sócio-histórica. Por esse motivo, parece-nos mais útil a distinção entre estudos estruturais, interpretativos e de intervenção. Esta distinção é intencionalizada por uma preocupação analítica, mas não se sustenta na suposição da irredutibilidade dos seus termos; com efeito, há trabalhos de fronteira que cruzam dois ou mesmo os três tipos de abordagem que se identificam de seguida.

Estudos estruturais

A primeira corrente, de feição estrutural (não confundir com o “estruturalismo” ou “estruturo-funcionalismo”), procura pôr em relevo as condições estruturais em que a infância se situa e em que ocorrem as suas possibilidades de ação. As perspectivas estruturais colocam a ênfase na infância como categoria geracional e procuram, numa perspectiva predominantemente macroestrutural, compreender como é que a infância se relaciona, diacrônica e sincronicamente, com as outras categorias geracionais, considerando indicadores predominantemente demográficos, económicos e sociais, e de que modo essas relações afetam as estruturas sociais, globalmente consideradas. Por exemplo, um aspecto central da abordagem da corrente estrutural afeta a percepção do modo como as mudanças demográficas, e em particular a diminuição do número de crianças no Ocidente, têm efeito na construção das políticas do Estado-Providência, em consequência da não-renovação das gerações (cf. QVORTRUP, 2000). A categoria social infância mantém-se independentemente dos membros concretos que a constituem em cada momento histórico (as crianças, como indivíduos), ainda que varie em consequência das mudanças na estrutura da sociedade e nos seus modos de articulação simbólica. Os estudos extensivos, com recurso a métodos estatísticos, e os estudos documentais ocupam nesta corrente uma importância central.

São temas privilegiados por esta corrente o estudo (desconstrucionista) das imagens históricas da infância, as políticas públicas, a demografia e a economia, os direitos e a cidadania (e.g. QVORTRUP, 1991, 1995, 2000; SGRITTA, 1997; HAMMARBERG, 2000; ARCHARD, 1993, 2003).

Estudos interpretativos

Para esta corrente, as crianças integram uma categoria social, a infância, mas constroem processos de subjetivação no quadro da construção simbólica dos seus mundos de vida, estabelecendo com os adultos interações que as levam a reproduzir as culturas societais e a recriá-las nas interações de pares. Nesta abordagem é central o conceito de Corsaro (1997) de “reprodução interpretativa”: capacidade de interpretação e transformação que as crianças têm da herança cultural transmitida pelos adultos.

Os trabalhos empíricos são constituídos predominantemente por estudos etnográficos, por estudos de caso e por outros estudos qualitativos.

São temas privilegiados a desconstrução do imaginário social sobre a infância, ação social das crianças (*agency*), as interações intra e intergeracionais, as culturas da infância, as crianças no interior das instituições, as crianças no espaço urbano, as crianças, os media e as TIC; o jogo, o lazer e a cultura lúdica (e.g. JAMES & PROUT, 1990; CORSARO, 1997; JAMES, JENKS, PROUT, 1998).

Para esta corrente, a concepção de que a infância é, simultaneamente, uma construção histórica, um grupo social oprimido e uma “condição social” – grupo que vive condições especiais de exclusão social – é central. A inscrição no paradigma crítico é dominante. Do ponto de vista desta corrente, a Sociologia da Infância só poderá consumir as suas finalidades se contribuir para a emancipação social da infância. A vinculação do trabalho investigativo e analítico é associado a formas de intervenção, seja através de estudos aplicados, seja, de modo indireto, em trabalhos com um sentido programático e com intencionalidade política. Decorre daí a opção por estudos de investigação ação ou de investigação participativa. A articulação com estudos feministas encontra aqui também alguma expressão. Importa referir que o programa de emancipação enunciado pode estar centrado ou não exclusivamente na infância, envolvendo ou não outras condições sociais (mulheres, grupos étnicos, camadas populares, etc.).

Os temas privilegiados são a dominação cultural, a dominação patriarcal e de gênero, os maus-tratos à infância, as políticas públicas para a infância, a infância e os movimentos sociais (e.g. SEPHENS, 1995; LIEBEL, 2000; ALANEN & MAYAL, 2001).

Em síntese, as diferentes correntes, abordagens e teorias presentes na Sociologia da Infância confluem num conjunto de aspectos que constituem *marcadores* do campo teórico. Linhas que assinalam a especificidade de uma reflexão teórica sobre a infância, ainda que algumas dessas linhas não sejam exclusivas, isto é, sejam de algum modo comuns a outros campos disciplinares (especialmente a Antropologia da Infância, a Psicologia ou a Sociologia da Educação) e sejam diferenciadamente enfatizadas pelas diversas abordagens. É o conjunto desses pontos que estabelece as bases conceptuais da disciplina, e eles constituem a súpula dos contributos teóricos produzidos. Apesar de confluentes, a partir deles estabelecem-se linhas de fuga, que assinalam a heterogeneidade do campo e definem as rupturas teóricas entre paradigmas, teorias e abordagens.

CONCLUSÃO

A Sociologia da Infância nos seus desenvolvimentos recentes propôs-se colocar a infância no centro da reflexão das Ciências Sociais. Fê-lo porque a condição social da infância é, em qualquer sociedade, bem expressiva da realidade social no seu conjunto – de algum modo, as sociedades são aquilo que propõem como possibilidades de vida, no presente e para o futuro, às suas crianças. Deste modo, o trabalho teórico e analítico sobre a infância é também uma forma de conhecer a sociedade. E porque o conhecimento sociológico não é nunca indiferente aos efeitos que a *reflexividade* imprime às condições sociais e às realidades institucionais, a Sociologia da Infância não saberá realizar-se enquanto área de conheci-

mento senão como um saber implicado na emancipação das crianças dos processos simbólicos e políticos de dominação.

O desenvolvimento da Sociologia da Infância estabelece-se, deste modo, num duplo patamar: como ciência social e campo de aplicação da Sociologia no diálogo duplamente fecundante com o trabalho teórico e analítico que se encontra em curso neste campo científico; como estudo implicado dos mundos sociais e culturais da infância, como espaço teórico de diálogo interdisciplinar com todas as ciências que tomam o conhecimento das crianças como seu objetivo científico. No primeiro caso, a Sociologia da Infância não poderá deixar de realizar o trabalho de *reflexividade reflexa* que Bourdieu (1997) propunha como modo de construção de um conhecimento não escolástico. É essa reflexividade que permite pensar nos desenvolvimentos próximos futuros da Sociologia da Infância, para além das dicotomias (criança/adulto; cultura/biologia; estrutura/ação; indivíduo/grupo geracional) com que inicialmente se constituiu (PROUT, 2005). No segundo caso, como componente estruturante do campo interdisciplinar dos *Estudos da Infância* que está em plena constituição.

Mais Sociologia e uma Infância melhor compreendida e socialmente emancipada – as correntes e confluências da Sociologia da Infância encontram por aqui o seu percurso.

REFERÊNCIAS

- ADLER, P. & ADLER, P. (orgs.) (1990). *Sociological Studies of Child Development*. Vol. 3 [s.n.t.].
- ALANEN, L. (1990). “Rethinking Socialization, the Family and Childhood”. In: ADLER, P. & ADLER, P. (orgs.). *Sociological Studies of Child Development*. Vol. 3 [s.n.t.], p. 13-28.
- ALANEN, L. & MAYALL, B. (eds.) (2001). *Conceptualizing Child-Adult Relations*. Londres: Routledge.
- ALDERSON, P. (2000). *Young children's rights: exploring beliefs, principles and practice*. Londres: JKP.
- _____. (1995). *Listening to children: children, ethics and social research*. Essex: Barnardos.
- ALMEIDA, A.N. et al. (1999a). *Famílias e maus-tratos às crianças em Portugal: relatório final*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais/Centro de Estudos Judiciários.
- _____. (1999b). Sombras e marcas: os maus-tratos às crianças na família. *Análise Social*, vol. XXXIV, n. 150, p. 91-121.
- AMBERT, A.-M. (1986). Sociology of sociology: the place of children in North American sociology. In: ADLER, P. & ADLER, P. (orgs.). *Sociological Studies of child development*. Vol. 1. London: Jai Press, p. 11-33.
- ANNAN, K.A. (2001). *We the Children – Meeting the Promises of the World Summit for Children*. Nova Iorque: Unicef.

ARCHARD, D.W. (2003). *Children, Family and the State*. Aldershot: Ashgate

_____. (1993). *Children, Rights and Childhood*. Londres: Routledge.

ARIÈS, P. (1973). *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil [1. ed., 1960].

BARRA, M. (2004). *Infância e internet: interações na rede*. Azeitão. Autonomia, p. 27

BECK, U. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage.

BECKER, H.S. (1973). *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. Nova York: The Free Press.

BERGER, P.L. & LUCKMANN, T. (1973). *A construção social da realidade – Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.

BOIS-REYMOND, M. & SUNKER, H. (2001). *Childhood in Europe – Approaches, Trends, Findings*. Nova York: Peter Lang Pub.

BOOCCOCK, S.S. & SCOTT, K.A. (2006). *Kids in Context – The Sociological Study of Children and Childhoods*. Lanham: Rowman & Littlefield.

BOURDIEU, P. (1997). *Méditations pascaliennes*. Paris: Du Seuil

_____. (1972). *Esquisses d'une théorie de la pratique – Précède de trois études d'ethnologie kabyle*. Genebra: Droz.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J.-C. (1970). *La reproduction – Éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Minuit.

BRANNEN, J. & O'BRIEN, M. (orgs.) (1996). *Children in Families – Research and Policy*. Londres: The Falmer Press.

BROUGÈRE, G. (2004). *Brinquedos e companhia*. São Paulo: Cortez.

BROUGÈRE, G. & RAYNA, S. (1998). *Culture, enfance et éducation préscolaire*. Paris: Université de Paris Nord/INRP.

BUCKINGHAM, D. (2000). *After the Death of Childhood – Growing up in the age of electronic media*. Cambridge: Polity Press.

BURMAN, E. (1994). *Deconstructing Development Psychology*. Nova York: Plenum.

CALHOUN, C.; ROJEK, C.; TURNER, B. (orgs.) (2005). *The Sage Handbook of Sociology*. Londres: Sage.

CHAMBOREDON, J.C. & PRÉVOT, J. (1982). O ofício de criança. In: GRÁCIO, S. & STOER, S. *Sociologia da Educação II: Antologia – A construção social das práticas educativas*, Lisboa: Horizonte, p. 51-77.

CHASSAGNE, S. (1998). Le travail des enfants aux XVII et XIX siècles. In: BECCI, D.E. & JULIA, D. (org.). *Histoire de l'enfance en Occident*. Vol. II. Paris: Seuil, p. 224-272.

CHRISTENSEN, P.H. (2002). Why More "Quality Time" is not on the Top of Children's Lists: the "Qualities of Time" for Children. *Children & Society*, vol. 16: p. 77-88.

CHRISTENSEN, P.H. & O'BRIEN, M. (ed.) (2003). *Children in the City – Home, Neighbourhood and Community*. Londres: Routledge/Falmer.

CONLEY, D. (2005). Poverty and Life Chances: The Conceptualization and Study of the Poor. In: CALHOUN; ROJEK; TURNER (eds.). *The Sage Handbook of Sociology*. Londres: Sage

CORSARO, W.A. (2003). *Were Friends, Right? – Inside Kid's Culture*. Washington: Joseph Henry.

_____. (1997). *The Sociology of Childhood*. Thousand Oaks: Pine Forge.

CORSARO, W.A. & EDER, D. (1990). Children's peer cultures. *Annual Review of Sociology*, 16, p. 197-220.

DELALANDE, J. (2001). *La cour de la récréation – Contribution à une anthropologie de l'enfance*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

DUBET, F. (2002). *Le déclin de l'institution*. Paris: Seuil.

Éducation et Sociétés (1998). *Sociologie de l'Enfance*, 1, n. 2/3 [número temático].

FERREIRA, M.M. (2004). "A Gente Aqui o que Gosta Mais é de Brincar com os Outros Meninos" – As relações sociais num jardim-de-infância. Porto: Afrontamento.

_____. (2000). *Salvar corpos, forjar a razão – Contributo para uma análise da criança e da infância como construção social em Portugal*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

FOUCAULT, M. (1993). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.

GAVARINI, L. & PETITOT, F. (1998). *La fabrique de l'enfant maltraité – Un nouveau regard sur l'enfant et la famille*. Ramonville Saint-Agne: Érès.

GIDDENS, A. (1984). *The Constitution of Society – Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press.

GIMENO-SACRISTÁN, J. (2003). *El alumno como invención*. Madrid: Morata.

HAMMARBERG, T. (2000). The UN Convention on the Rights of the Child, and how to make it work. *Human Rights Quarterly*, 12, p. 97-100.

HENGST, H. & ZEIHNER, H. (2004). *Per una sociologia dell'infanzia*. Milano: Franco Angeli.

HUTCHBY, I. & MORAN-ELLIS, J. (1998). *Children and Social Competence: arenas of action*. Londres: Falmer Press.

JAMES, A. (1993). *Childhood Identities*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

JAMES, A. & JAMES, A.L. (2004). *Constructing Childhood – Theory, Policy and Social Practice*. Basingstoke: Palgrave/Macmillan.

JAMES, A. & PROUT, A. (orgs.) (1990). *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*. Londres: The Falmer Press, p. 7-34.

JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. (1998). *Theorizing Childhood*. Cambridge: Polity Press.

JAVEAU, C. (2005). Criança, infância(s), crianças: Que objetivo dar a uma ciência social da infância. *Educação e Sociedade*, vol. 26, n. 91, p. 379-389.

JENKS, C. (1996). *Childhood*. London: Routledge.

JENKS, C. (org.) (1992). *The Sociology of Childhood – Essential Readings*. 2. ed. Brookfield: Gregg Revivals.

KENWAY, J. & BULLEN, E. (2001). *Consuming Children: Education – Entertainment – Advertising*. Buckingham: Open University Press.

LAHIRE, B. (2005). *L'Esprit sociologique*. Paris: La Découverte.

_____. (2004). *La culture des individus – Dissonances culturelles et distinction de soi*. Paris: La Découverte.

LEE, N. (2001). *Childhood and Society – Growing Up in an Age of Uncertainty*. Maidenhead: Open University Press.

LIEBEL, M. (2000). *La otra infancia: niñez trabajadora y acción social*. Lima: Iteja.

MADEIRA, R. (2005). A infância que se reconstrói como legado e como lugar de significação de trajetórias de vida. *Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina*, vol. 23, p. 79-113.

MAYAL, B. (2002). *Towards a Sociology for Childhood – Tinking from children's lives*. Buckingham: Open University Press.

MEAD, M. (1970). *O conflito de gerações*. Lisboa: D. Quixote.

MITZEN, P.; POLE, C.; BOLTON, A. (2001). *Hidden Hands: International Perspectives on Childre's Work and Labour*. Londres: Falmer/Routledge.

MOLLO-BOUVIER, S. (2005). Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. *Educação e Sociedade*, vol. 26, n. 91, p. 391-403.

_____. (1998). Les rites, les temps et la socialisation des enfants. *Éducation et Sociétés*, n. 2, p. 73-89.

MONTANDON, C. (1997). *L'Éducation du point de vue des enfants*. Paris: L'Harmattan.

_____. (1996). Processus de socialisation et vécu émotionnel des enfants. *Revue Française de Sociologie*, XXXVII, p. 263-285.

NEYRAND, G. (2000). *L'Enfant, la mère et la question du père – Un bilan critique de l'évolution des savoirs sur la petite enfance*. Paris: PUF.

OAKLEY, A. (1980). *Towards a Sociology of Childhood*. Nova York: Schochen.

PAIS, J.M. (2003). *Ganchos, tachos e biscoitos: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar.

_____. (1993). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

PAIS, J.M. (org.) (2001). *Traços e riscos de vida – Uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*. Porto: Ambar.

PARSONS, T. & BALES, R.F. (1955). *Family, Socialization and Interaction Process*. Nova York: Free Press.

PEDROSO, J. & FONSECA, G. (2000). A justiça de menores entre o risco e o crime: uma passagem... para que margem? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, p. 131-165.

PINTO, G.A. (1998). *O trabalho das crianças – De pequenino é que se torce o pepino (e o destino)*. Oeiras: Celta.

PINTO, M. (2000). *A televisão no quotidiano das crianças*. Porto: Afrontamento.

_____. (1997). "A infância como construção social". In: PINTO, M. & SARMENTO, M.J. (orgs.) *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, p. 31-73.

PLAISANCE, E. (2005). Denominações da infância: do anormal ao deficiente. *Educação e Sociedade*, vol. 26, n. 91, p. 405-417.

_____. (2004). Para uma sociologia da pequena infância. *Educação e Sociedade*, vol. 25, n. 86, p. 221-241.

POLLARD, A. (1985). *The Social World of the Primary School*. Londres: Cassel Education.

POSTMAN, N. (1983). *The Disappearance of Childhood*. Londres: Penguin.

PROUT, A. (2005). *The Future of Childhood*. Londres: Routledge/Falmer.

_____. (2000). Children's Participation: Control and Self-realisation in British Late Modernity. *Children y Society*, vol. 14, p. 304-315.

PROUT, A. (org.) (2000). *The Body, Childhood and Society*. Londres: MacMillan Press.

PROUT, A. & JAMES, A. (1990). A new paradigm for the Sociology of childhood? Provenance, Promise and Problems. In: JAMES, A. & PROUT, A. (orgs.) *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*. Londres: The Falmer Press, p. 7-34.

QVORTRUP, J. (2001). Childhood as a Social Phenomenon Revisited. In: BOIS-REYMOND, M. & SUNKER, R. *Childhood in Europe: Approaches, Trends, Findings*. Nova York: Peter Lang, p. 215-241.

_____. (2000). Generations: an important category in sociological research. In: VV.AA. *Actas do Congresso Internacional dos Mundos Sociais e Culturais da Infância*. Vol. II, p. 102-113.

_____. (1995). Childhood in Europe: a New Field of Social Research. In: CHISHOLM, L. et al. (orgs.) *Growing Up in Europe – Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies*. Berlim/Nova York: Walter de Gruyter, p. 7-21.

_____. (1994). Childhood Matters: An Introduction. In: QVORTRUP, J.; BARDY, M.; SGRITTA, G.; WINTERSBERGER, H. (orgs.) *Childhood Matters: Social Theory Practice and Politics*. Aldershot: Avebury.

_____. (1991). Childhood as a Social Phenomenon – An Introduction to a Series of National Reports. *Eurosociological Report*, 36. Vienne European Centre.

QVORTRUP, J. et al. (orgs.) (1994). *Childhood Matters*. Aldershot: Avebury.

RAMIREZ, F.O. (1991). Reconstitución de la infancia – Extensión de la condición de persona y ciudadano. *Revista de Educación*, 294, p. 197-220.

RAYOUX, P. (2003). Les univers politiques des élèves: entre rempli e engagement. In: XYPAS, C. (org.) *Les citoyennetes scolaires: de la maternelle au lycée*. Paris: PUF, p. 75-121.

_____. (1999). *La grand école: Approche sociologique des compétences enfantines*. Paris: PUF.

- RENAUT, A. (2002). *La liberation des enfants*. Paris: Calman-Lévy.
- ROCHA, C. & FERREIRA, M. (1994). Alguns contributos para a compreensão da construção médico-social da infância em Portugal (1820-1950). *Educação, Sociedade e Cultura*, 2, p. 59-90.
- ROGOFF, B. (2003). *The Cultural Nature of Human Development*. Oxford: Oxford University Press.
- ROLLET, C. & MOREL, M.-F. (2000). *Des bébés et des hommes: traditions et modernité des soins aux tout-petits*. Paris: Albin Michel.
- SAPORITI, A. (1994). A Methodology for Making Children Count. In: QVORTRUP, J. (ed.). *Childhood Matters*. Aldershot: Avebury.
- SARAMAGO, S.S.S. (2005). *O protagonismo das crianças*. Lisboa: Iscte [Tese de doutorado em Sociologia].
- _____. (1994). As identidades da infância – Núcleos e processos de construção das identidades infantis. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 16, p. 151-171.
- SARMENTO, M.J. (2000). A infância e o trabalho – A (re)construção social dos “ofícios da criança”. *Fórum Sociológico*, 3/4, p. 33-48.
- SARMENTO, M.J. & PINTO, M. (1997). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, M. & SARMENTO, M.J. (orgs.). *As crianças: Contextos e Identidades*. Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- SARMENTO, M.J.; SILVA, R.; COSTA, S. (2003). As penas do galo de Barcelos: infância, trabalho e lazer no Vale do Cavado. *Arquivos da Memória*, n. 6/7, p. 47-64. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa/Universidade Nova de Lisboa.
- SCHLEMMER, B. (org.) (1996). *L'Enfant exploite: Opression, Mise au Travail, Proletarianisation*. Paris: Karthala/l'Orstom.
- SEABRA, T. (2000). As crianças em casa e na escola: textos e contextos cruzados. *Fórum Sociológico*, n. 3/4, p. 71-93.
- _____. (1999). *Educação nas famílias: etnicidade e classes sociais*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- SEBASTIÃO, J. (1995). *As crianças de rua*. Oeiras: Celta.
- SGRITTA, G.B. (1997). Inconsistencies: Childhood on Economic and Political Agenda. *Childhood*, 4 (4), p. 375-404.
- SINGLY, F. (org.) (2004). *Enfants adultes: vers une égalité de statuts?* Paris: Universalis.
- SIROTA, R. (1999). Les civilités de l'enfance contemporaine – L'anniversaire ou le déchiffrement d'une configuration. *Éducation et Sociétés*, n. 3, p. 31-54.
- _____. (1998). L'émergence d'une sociologie de l'enfance: evolution de l'objet, evolutions du regard. *Education et Sociétés*, n. 2, p. 9-33.
- _____. (1994). L'enfant dans la sociologie de l'éducation: un fantôme ressuscité? *Revue de l'Institut de Sociologie*, 1/2, p. 147-163. Université Libre de Bruxelles.
- _____. (1993). Le métier d'élève. *Revue Française de Pédagogie*, 104.
- SIROTA, R. (org.) (2006). *Sociologie de l'enfance*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

- SOARES, N.F. (2005). *Infância e direitos – Participação das crianças nos contextos de vida: representações, práticas e poderes*. Braga: Universidade do Minho [Tese de doutorado em Estudos da Criança].

- _____. (2001). *Outras infâncias...* Braga: Cesc/Universidade do Minho.
- SOUZA, S.J. (2000). Ressignificando a Psicologia do Desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, S. & LEITE, M.I. (orgs.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papirus, p. 39-55.
- STEINBERG, S.R. & KINCHELOE, J.L. (orgs.) (1997). *Kinderculture – The Corporate Construction of Childhood*. Boulder: Westview Press.
- STEPHENS, S. (ed.) (1995). *Children and the Politics of Culture*. Princeton: Princeton University Press.
- SUNKER, H. (2001). Childhood Research, the Politics of Childhood and Children's Lives in Germany. In: BOIS-REYMOND, M. & SUNKER, H. *Childhood in Europe: Approaches, Trends, Findings*. Nova York: Peter Lang, p. 299-321.
- SUTTON-SMITH, B. (1986). *Toys as Culture*. Nova York: Amereon.
- TOMÁS, C. (2000). *Ter e não deter o direito de audição: um estudo de caso no Colégio de São Fiel*. Coimbra: Faculdade de Economia [Dissertação de mestrado em Sociologia].
- TOMÁS, C. & SOARES, N.F. (2004). Infância, protagonismo e cidadania: contributos para uma análise sociológica da cidadania da infância. *Revista Fórum Sociológico*, n. 11/12, p. 349-361.
- VASCONCELLOS, V.M.R. (2006). *Uma visão prospectiva de desenvolvimento em que o presente está sempre recriando o passado* [s.n.t.].
- VILARINHO, M.E. (2000). *Políticas de educação pré-escolar em Portugal (1977-1997)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- VV.AA. (2000). *Mundos sociais e culturais da infância*. 3 vol. Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- VYGOTSKY, L.S. (1979). *Pensamento e linguagem*. Lisboa: Antídoto.
- WAKSLER, F.C. (1991). Beyond Socialization. In: WAKSLER, F.C. (org.). *Studying the Social Worlds of Children – Sociological Readings*. Londres: Falmer Press, p. 12-22.
- WAKSLER, F.C. (org.) (1991). *Studying the Social Worlds of Children – Sociological Readings*. Londres: Falmer Press.
- WALL, K. (1996). *European Observatory of in National Family Policies – Reports on Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- WILLIS, P. (1991). *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social*. Porto Alegre: [s.e.].
- WOODHEAD, M.; FAULKNER, D.; LITTLETON, K. (orgs.) (1998). *Cultural World of Early Childhood*. Londres: Routledge/The Open University.
- ZEIHER, H. (2004). O tempo no cotidiano das crianças. In: BONDIOLI, A. (org.). *O tempo no cotidiano infantil: perspectivas de pesquisa e estudo de casos*. São Paulo: Cortez.